




XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



PBH Ativos S/A: cartografia indisciplinar do empresariamento urbano em Belo Horizonte

**PBH Ativos S/A: the interdisciplinary cartography of the urban
entrepreneurialism in Belo Horizonte**

***Thiago Canettieri**, Geógrafo pesquisador do Grupo
Indisciplinar, thiago.canettieri@gmail.com.*

***Júlia Ávila Franzoni**, Advogada pesquisadora do Grupo
Indisciplinar, juliafranzoni@gmail.com.*

***Lucca Gonzales Mezzacappa**, Graduando UFMG; Pesquisador
do Grupo Indisciplinar, lucamezz@gmail.com.*

***Mariana Fantecelle**, Graduanda UFMG; Pesquisadora do
Grupo Indisciplinar, maribfantecelle@gmail.com.*

RESUMO

O presente artigo visa apresentar o primeiro momento de investigação da frente PBH Ativos, atividade de investigação do projeto de extensão “Urbanismo Biopolítico” desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar, da Escola de Arquitetura Urbanismo e Design da UFMG, em conjunto a uma rede de pesquisadores e ativistas relacionados com a produção do espaço contemporâneo. Compõem tal rede, parceiros como o movimento Auditoria Cidadã da Dívida (núcleo Minas Gerais), a Real da Rua, o Movimento de Rua Bairros e Favelas (MLB) e as Brigadas Populares. A atuação em rede é uma das formas adotadas pelo Grupo Indisciplinar e que caracteriza o método de cartografia indisciplinar. A cartografia da empresa PBH Ativos S/A gera interesse ao grupo tendo em vista o impacto que sua operação e formação institucional impactam – e continuarão impactando – o cenário de desigualdade socioespacial belo- horizontino. Segundo análise do grupo, a investigação da PBH Ativos S/A é central para a compreensão das demais frentes de ação, uma vez o estudo de sua engenharia financeira, arquitetura institucional e competências permite a compreensão dos instrumentos políticos e jurídicos do processo de financeirização do território da cidade de Belo Horizonte, sendo característica intrínseca da gestão urbana eficiente e parceria do Mercado privado.

Palavras Chave: cartografia, indisciplinar, rede, empresariamento urbano, financeirização.

ABSTRACT

The present article aims to present the first moment of research of the PBH Ativos company, research activity of the extension project "Urbanismo Biopolítico" (Biopolitical Urbanism) developed by the Research Group Indisciplinar, from the Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design da UFMG (School of Architecture, Urbanism and Design of UFMG), along with a network of researchers and activists related to the contemporary spacial production. They comprise such a network, partners such as the Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã da Dívida (Citizen Debt Audit movement), Real da Rua, Movimento de Rua Bairros e Favelas (MLB) (Neighborhoods and Slums Street Movement) and the Popular Brigades. Networking is one of the forms adopted by the group and which characterizes the method of “undisciplinary” cartography. The cartography of the company PBH Ativos S/A generates interest to the group in the terms of the way its operation and institutional formation impact and will continue to impact - the scenario of socio-spatial inequality in Belo Horizonte. According to the group's analysis, the PBH Ativos S/A's research line is central in order to understand the group's other lines of action, once the study of its financial engineering, institutional architecture and skills allows the understanding of the political and legal instruments of the financialization process of the territory of the city of Belo Horizonte, being intrinsic characteristic of efficient urban management and private market partnership.

Keywords: cartography, indisciplinar, network, urban entrepreneurialism, financialization.

APRESENTAÇÃO

O grupo de pesquisa Indisciplinar¹¹, situado na Escola de Arquitetura da UFMG, compõe uma rede de pesquisadores e ativistas envolvidos com tema da produção do espaço. As atividades de investigação do grupo, no que diz respeito aos projetos de extensão, são denominadas “frentes de ação”, uma vez que se debruçam sobre conflitos e ou dinâmicas territoriais urbanas num enfretamento marcado pela relação colaborativa e em rede com movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Outro não é caso da frente de ação PBH Ativos S/A” que integra junto a outras 3 frentes – Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Leste-Oeste, Operação Urbana do Isidoro e Zona Cultural – o projeto de extensão “Urbanismo Biopolítico”, cujos parceiros são o movimento Auditoria Cidadã da Dívida (núcleo Minas Gerais), as Brigadas Populares, o Movimento de Rua Bairros e Favelas (MLB) e a Real da Rua.

O objetivo deste trabalho é apresentar o primeiro momento de investigação da frente PBH Ativos, nas linhas traçadas pelo método de cartografia Indisciplinar. O interesse pelo mapeamento institucional e político dessa empresa se deu tendo em vista o impacto que sua formação e funcionando terão – e já estão tendo – no agravamento do quadro de desigualdade socioespacial em Belo Horizonte, no contexto do empresariamento urbano. Segundo análise do grupo, a investigação da PBH Ativos é central para compreensão das demais frentes de ação, na medida que a partir do estudo de sua engenharia financeira, arquitetura institucional e competências passa-se a compreender os instrumentos políticos e jurídicos da financeirização do território na cidade de Belo Horizonte, sob o apanágio da gestão urbana eficiente e parceira do mercado privado.

As atividades do grupo nessa frente de ação foram decorrência do envolvimento dos pesquisadores do Indisciplinar com o tema das Operações Urbanas e as parcerias público-privadas como instrumentos-chave para compreensão do urbanismo neoliberal em Belo Horizonte. O trabalho de mapeamento, investigação e denúncia da OUC Nova BH, atualmente denominada Antônio Carlos/Leste-Oeste, além das investidas de pesquisa e participação nos temas relativos à gentrificação da área central no contexto da Zona Cultural, conduziram o grupo ao diálogo com o movimento da Auditoria Cidadã da Dívida, do qual já eram parte membros das Brigadas Populares, também investigadores do Indisciplinar. No contexto de viabilização da primeira Operação Urbana Consorciada na cidade (OUC-ACLO) e da revisão do Plano Diretor Municipal prevendo o fortalecimento de diversos instrumentos urbanos negociais, a compreensão do papel da PBH Ativos é central para denunciar as estratégias de empresariamento urbano em curso no Município e seus efeitos nocivos ao direito à cidade.

¹¹ O Indisciplinar é um grupo de pesquisa vinculado ao CNPQ (<http://blog.indisciplinar.com/>), sediado na Escola de Arquitetura da UFMG, que tem suas ações focadas na produção contemporânea do espaço, considerada a importância da produção biopolítica nas metrópoles e os processos de globalização. As atividades do Indisciplinar imbricam teoria e prática e compreendem processos de articulação cotidiana com diversos atores que constituem a produção do espaço nas metrópoles como: Movimentos Sociais, Ambientais e Culturais; Grupos de Pesquisa e Extensão; Ministério Público; Defensoria Pública; Poderes Legislativo e Executivo, Grupos de Pesquisa, dentre outros. As frentes de ação do grupo envolvem tanto processos destituíntes contra o urbanismo neoliberal em suas muitas dimensões expropriadoras do patrimônio público, quanto em processos constituintes/instituintes de novos espaços engendrados pela coletividade, autonomia cidadã em defesa do bem comum (material e imaterial), em uma abordagem transversal e indisciplinar. Diversas pesquisas estão associadas ao grupo, sejam elas de monografia, mestrado e doutorado, sejam elas aprovadas pelo PRPq - UFMG ou pelas Agências de fomento à pesquisa (Capes e CNPq) e Ministérios (Minc). O grupo é formado por mais de 40 professores, pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação, ativistas de movimentos sociais, culturais e ambientais, oriundos de diversos campos do conhecimento. Atualmente o grupo desenvolve parcerias com diversos grupos e instituições de pesquisa, dentre eles: o LabCidade da USP - SP, o Etern - UFRJ - RJ, o Labic - UFES - Vitória, o MediaLab UFRJ - RJ, o CSIC - Consejo Superior de Investigación Científica de Madrid e o FabLab Sevilla - Universidad de Sevilla

A PBH Ativos S/A é uma empresa privada, sociedade anônima de capital fechado, criada pela prefeitura de Belo Horizonte pela Lei 10.003 (alterações dadas pela Lei nº 10.699) de 25 de novembro de 2010. A empresa, conforme descrito em sua página de internet, tem por missão auxiliar a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte “na articulação e operacionalização de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social do Município, por meio da gestão de obras de infraestrutura, parcerias público- privadas, captação de recursos financeiros, administração patrimonial e gestão de ativos e de imóveis”. Dentre suas competências destaca-se a responsabilidade por gerir os Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs) da OUC-ACLO e, ainda, administrar, de forma ampla, todas as parcerias público-privadas do Município.

Belo Horizonte tem caminhado, sobretudo nos dois últimos mandatos do prefeito Márcio Lacerda, para consolidação de um modelo de gestão empresarial da política urbana. Dentre outros problemas, o aprofundamento desse modelo pode gerar: 1) redução da experiência de gestão democrática da cidade, já que as políticas públicas serão decididas e gestadas por um grupo de acionistas e diretores que a população não elegeu e desconhece; 2) a transferência de patrimônio público para os cofres dessa empresa (imóveis, créditos e títulos) que, mesmo sendo de capital misto, possui dinâmica baseada na rentabilidade de suas práticas econômicas; 3) a redução de receita do município por meio das estratégias de formação de capital da empresa; 4) assunção dos riscos do negócio pelo poder público e dos ganhos pela iniciativa privada.

Se a produção capitalista do espaço significa um empresariamento urbano que implica na redução da experiência do direito à cidade por parte da maior parte da população (HARVEY, 2012), o grupo Indisciplinar toma partido nesse embate e sua pesquisa engajada é tomada como estratégia e instrumento de resistência. Como certa vez afirmou Foucault (1985, p.4), a filosofia deveria ser "como um instrumento, uma tática, um coquetel Molotov, fogos de artifício a serem carbonizados depois do uso". Com isso, objetivamos atingir um duplo objetivo de trazer elementos para uma discussão referente a privatização neoliberal que ocorre no espaço urbano, que é identificado por Harvey (1996) como sendo um empresariamento urbano, bem como levantar questionamentos e proposições sobre a produção do conhecimento científico que parta do seu engajamento político com a realidade, já que ele não pode ser tido com neutro (CANETTIERI, 2015).

Por esses motivos, o Indisciplinar tem buscado trabalhar nesta frente de ação de forma a analisar e criticar os mecanismos que operam o empresariamento da gestão pública em BH, atuando como parceiros do núcleo mineiro da Auditoria Cidadã da Dívida, para desvendar os processos e instrumentos que associam Estado e Capital numa agenda conjunta por meio do: (i) mapeamento da transferência de patrimônio público para empresa PBH Ativos de forma a denunciar a captura do público pelo privado aos órgãos de fiscalização e controle e (ii) a cartografia da engenharia societária, institucional e jurídica da PBH Ativos para compreensão do formato de gestão.

Para tanto, organizamos o artigo da seguinte maneira: em primeiro lugar, cabe apresentar a lógica empresarial que atua imperativamente na gestão urbana de Belo Horizonte como resultado da expansão do projeto neoliberal sob a gestão urbana, utilizando da bibliografia crítica produzida principalmente a partir da segunda metade da década de 1990 e, com isso, buscar pontos de conexão e de explicação do processo que se desenrola em Belo Horizonte atualmente e como a empresa PBH Ativos S/A se insere nessa lógica. Dado esse quadro, em seguida procuramos aprofundar numa discussão relativa ao método adotado e construído,

buscando explorar as relações de pesquisa e extensão junto a ação em rede com outros atores buscando formar uma resistência ao processo de avanço neoliberal na gestão das cidades. Por fim, segue-se as considerações finais buscando levantar novas questões e indicativos de aprofundamentos para a pesquisa urbana e, em especial, no contexto de Belo Horizonte.

A GESTÃO EMPRESARIAL NA BH S/A

A produção capitalista do espaço está vinculada diretamente a uma racionalidade prática do neoliberalismo como uma “nova razão do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016). E, enquanto se apregoa o suposto “fim da história” ou a “era pós-ideológica” (ZIZEK, 2012), essa se torna a única razão advogada como válida reproduzindo a dominação da mercadoria como forma básica da socialização. Derivada desta lógica, acontece a implementação de uma ‘cartilha’ de *best practices* e juntamente com um discurso legitimador próprio, combina imagens e um arcabouço jurídico- político para lhe conferir sua efetividade em diferentes contextos e escalas. Essa ontologia neoliberal pode ser assim sumarizada: privatização dos ativos que estavam em posse do Estado, junto com o discurso da falência do Estado e a necessidade do financiamento das políticas públicas urbanas, sendo alardeada como única resposta possível à “crise”.

É neste contexto contemporâneo referente à produção capitalista do espaço urbano que se insere a gestão do município de Belo Horizonte, que sob o mandato do prefeito Márcio Lacerda (2008- 2016) viu intensificar as práticas neoliberais da produção do espaço. O prefeito do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que também contava com sua experiência de empresário do ramo das telecomunicações, implementou na cidade medidas de caráter privatizador, concedendo poder público para a iniciativa privada e formas de empresariamento urbano representadas de maneira especial pela criação da PBH Ativos S/A; empresa privada na forma de sociedade anônima de capital fechado.

Desde sua criação em 2011, na gestão do prefeito Márcio Lacerda, a PBH Ativos S/A tem atuado como estrutura paralela à Prefeitura, sendo apresentada como facilitadora na “articulação e operacionalização de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social do Município”. Mas a consolidação dessa empresa não veio para construir desenvolvimento econômico e social para cidade. O que tem se observado na sua operacionalização é a transferência de vultosas quantias de patrimônio público dos cofres do Município para PBH Ativos, sem que nenhuma melhoria seja revertida para a sociedade.

A seguir será apresentada breve análise da empresa a partir de três pontos: (i) competências; (ii) arquitetura institucional/estrutura societária; (iii) integralização de capital. O artigo 2º do Decreto Municipal 14.444 apresenta quais são as competências da PBH Ativos:

Art.2 A companhia tem como objeto social e realizará em nome próprio e por sua responsabilidade as seguintes atividades:

- a) titular, administrar e **explorar economicamente ativos municipais**;
- b) auxiliar o Tesouro municipal na **captação de recursos financeiros**, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da Companhia;

- c) estruturar e implementar operações que visem à **obtenção de recursos junto ao mercado de capitais**;
- d) auxiliar o Município na realização de **investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais** em geral;
- e) **alienar, alugar e conservar, manter, reformar ou ampliar seus bens**, em especial aqueles recebidos do Município em aporte de capital e aqueles locados para uso da Administração Municipal; (Redação dada pelo Decreto nº 15.385/2013)
- f) auxiliar o Município em **projetos de concessão ou de parceria público-privada**, podendo, para tanto, dar garantias ou assumir obrigações;
- g) **licitar ou realizar obras** mediante celebração de convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta do Município;
- h) **auxiliar, gerenciar ou realizar obras licitadas** por outros órgãos ou entidades da administração direta e indireta do Município, nas quais, sempre que possível, venha a ter ganho econômico;
- i) **custear obras licitadas** por outros órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Município;
- j) **participar de outras sociedades** cujo objetivo social seja compatível com suas finalidades;
- k) **captar recursos ou estruturar operações** que possibilitem a quitação, o refinanciamento, a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do Município;
- l) realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores. (grifos nossos).

A empresa S/A ao ser competente para titular, administrar e explorar economicamente os ativos da prefeitura, primeiro 'objeto social', irá gerar riqueza a partir de recursos públicos investindo ou deixando de investir orientada apenas com as necessidades impostas pela lógica do lucro, bem como quando se descreve seu "auxílio" seja para gerenciar ou realizar obras licitadas ou de infraestrutura e de serviços urbanos – a própria lei complementa: "sempre que possível venha a ter ganho econômico". Ainda, fica claro o movimento contemporâneo de articulação do capital financeiro com a prática da política municipal quando se delimita o auxílio à captação de recursos financeiros no mercado, movimentando o sistema de dívida, sendo que o público assume todos os riscos – aos moldes fadados ao fracasso como o caso da Grécia.

Uma literatura crítica se desenvolveu em torno dessas práticas, desde Harvey (1996; 2012) até Vainer (2000), explorando as contradições e os impactos que representam à vida social. Todavia, cabe levar em consideração que essa prática é própria da natureza do capitalismo contemporâneo que se conforma dentro dos marcos do neoliberalismo econômico.

Nesse sentido, Peck e Tickell (2002, p.394), adiantam que:

as medidas de política urbana devem antecipar, complementar, e em alguns casos mimetizar a operação de mercados competitivos; como a

ideologia escolhida tanto pelas principais agências de financiamento e pelos ‘mercados’, o neoliberalismo não somente privilegia o governo enxuto, a privatização, a desregulação, mas através de uma combinação de regimes competitivos de alocação de recursos, políticas de empréstimo municipais enviesadas e pressões políticas abertas, ele enfraquece e interrompe caminhos alternativos de políticas de desenvolvimento urbano baseadas, por exemplo, na distribuição social, nos direitos econômicos ou no investimento público (PECK; TICKELL, 2002, p.394).

Assim, deixa-se claro a intenção da política urbana, mimética ao mercado, seu objetivo é garantir lucro para remunerar os investidores. Esta empresa que objetiva dar lucro acima de tudo é criada sob a forma de uma Sociedade Anônima, incluindo a participação não apenas de empresas da prefeitura, como a BH-TRANS e a PRODABEL como sócias minoritárias, mas também pessoas físicas na sua arquitetura institucional, como demonstra o gráfico a seguir:

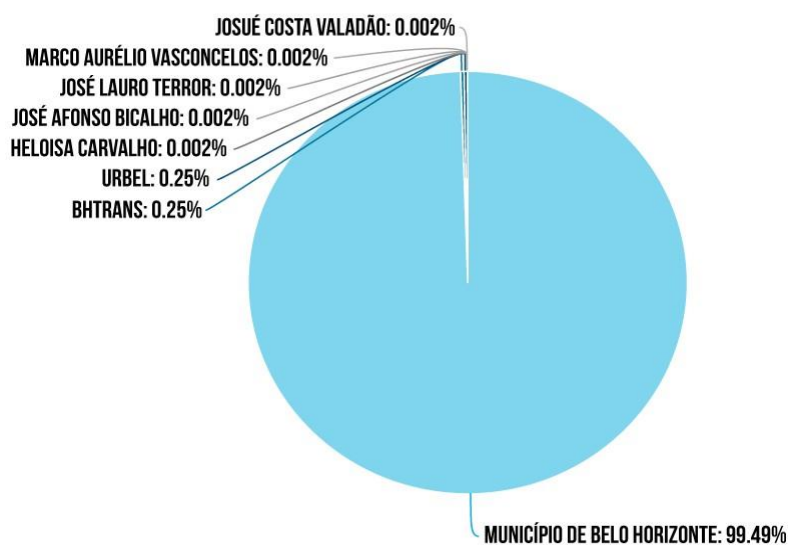


Gráfico 1: Distribuição acionária descrita Na Lei 10.003. Fonte: Indisciplinar

Isso significa que parte do lucro da empresa é compartilhado com pessoas físicas. Ainda, deve ser destacado que a distribuição acionária apenas aparece como documento público na lei de criação da empresa, sendo que, desde então, não foram encontrados nenhum documento que demonstrasse sua atualização. Situação que se viu agravar após a publicação do decreto de número 14.444 de 9 de junho de 2011, em que, no artigo quinto, aumenta para o limite de 20% do capital social ser adquirido por pessoas físicas e jurídicas do direito privado. Ou seja, não é de conhecimento do público de Belo Horizonte aqueles responsáveis por aplicar e coordenar grande parte das novas políticas urbanas para a capital mineira, muito menos sabem dos seus vínculos com empresas ou seus interesses por detrás desta estrutura financeira construída.

Dessa forma, o capital social da empresa, criado sobretudo a partir do orçamento público, vai remunerar acionistas desconhecidos como pessoas físicas e jurídicas privadas e que podem usar a PBH Ativos S/A para enriquecimento próprio, a custas do poder público. E mais, nada garante que decretos futuros possam aumentar ainda mais a participação de entes privados na empresa

pública, radicalizando ainda mais o empresariamento da coisa pública de Belo Horizonte. Toda situação fica mais evidente quando considerado o aumento do capital da empresa.

No que diz respeito às estratégias de integralização do capital, consta da lei de criação que o montante da empresa era equivalente à R\$ 254.974.385,83. Contudo, ao longo de cinco anos houve um crescimento de mais de 300%, conforme relatório financeiro de 2015, onde está indicado como capital o valor de R\$ 1.180.207.000,00. A justificativa para esse aumento vertiginoso está nos investimentos diretos da prefeitura, como aportes em direito, concessão de créditos a receber e transferências de terrenos públicos, como observado no gráfico a seguir.

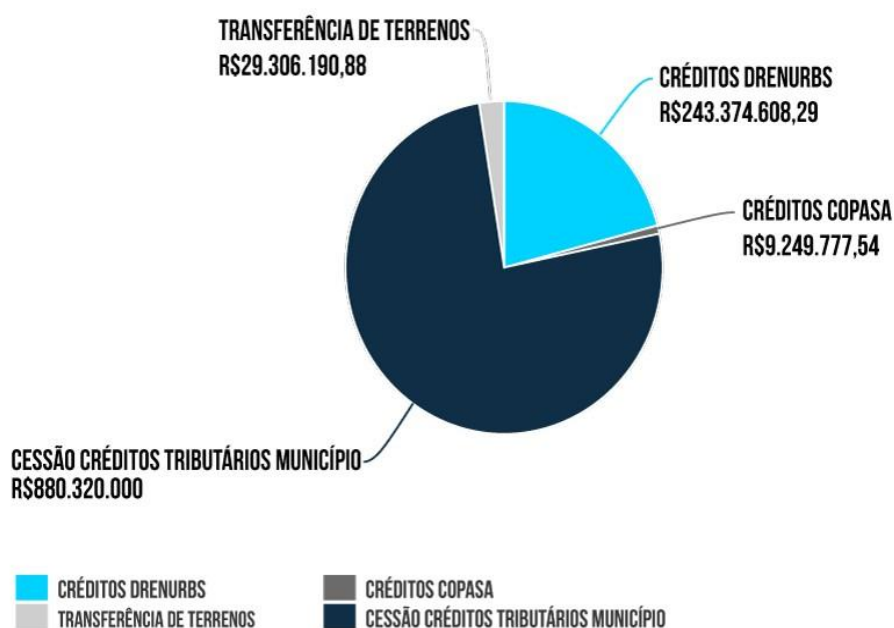


Gráfico 2: Integralização de capital da PBH Ativos S/A. Fonte: Indisciplinar

A prefeitura transferiu créditos do Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte (DRENURBS) para a PBH Ativos S/A. Esses créditos provêm de negociações com a COPASA pela cessão de exploração de água e esgoto no município. Parte desses recursos deveria ser usada em ações de saneamento. Outro aporte à companhia veio por meio de créditos tributários (como o IPTU, ITBI e ISS) em atraso e que foram parcelados. Assim, as parcelas referentes aos créditos cedidos, que são pagos pelos contribuintes, em vez de irem para o caixa da prefeitura, vão para o caixa da PBH Ativos.

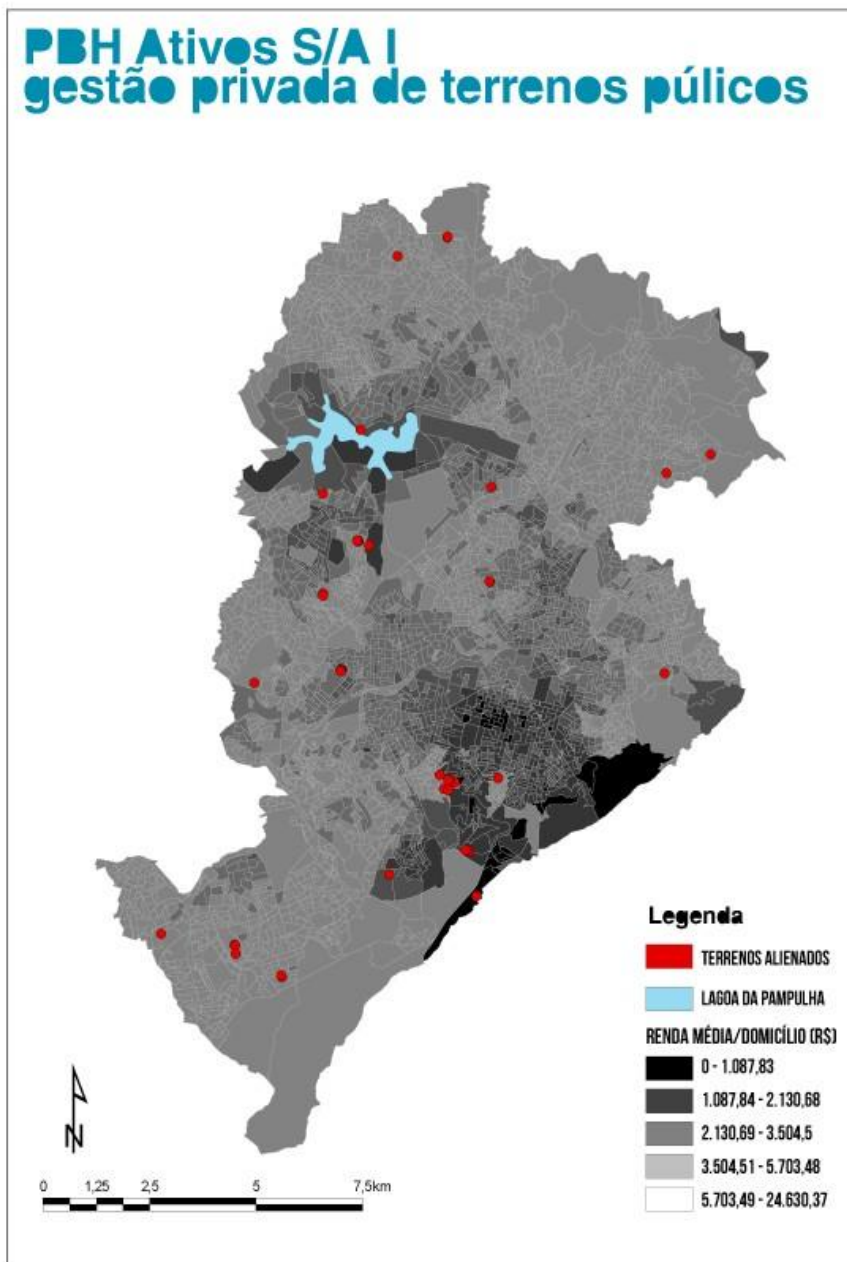
Esses aportes de recursos diretamente dos cofres públicos onera o orçamento do município exatamente na mesma medida em que fortalece a movimentação de capital da empresa. Quanto maior o volume de recursos injetados na empresa, maior será o rombo do orçamento do município, muito embora o entendimento dos responsáveis pela empresa seja outro. Segundo afirmam, a transferência de recursos públicos para uma S/A é “uma pequena mudança” já que a empresa também seria “pública” – fala extraída durante a audiência

pública no dia 15 de julho de 2016 na câmara dos vereadores, ocasião de apresentação dos relatórios financeiros.

Uma das expressões mais flagrantes desse processo de dilapidação do patrimônio público é a aplicação de um mecanismo de transferência de terrenos públicos para a PBH Ativos, que merece um desenvolvimento maior. Com a lei 10.699 de 2014, a prefeitura municipal autorizou a transferência de 53 terrenos públicos, a maioria deles recebidos via lei de parcelamento, para a PBH Ativos. A transferência destes terrenos, de acordo com a lei aplicada, fica condicionada com uma contrapartida financeira da PBH Ativos estipulada como 'valor mínimo' que deveria ser repassado aos cofres públicos. Todavia, esse valor está muito abaixo do valor praticado pelo mercado, sendo esse o principal mecanismo que permite a PBH Ativos abocanhar a riqueza pública para fins privados.

No mapa a seguir apresenta-se a localização desses terrenos, com informação sobre o valor do metro quadrado no mercado do bairro em que se localizam e a diferença percentual entre o valor de mínimo da transferência e o valor praticado no mercado imobiliário. Observa-se que o valor que a PBH Ativos se compromete a repassar para a prefeitura representa, em média, 18,03% do valor de mercado. Ou seja, mais de 80% do valor destes terrenos ficam nas mãos da empresa privada.

Esses imóveis foram utilizados de duas maneiras: 1) vinte terrenos usados para integralizar o capital da empresa por meio de leilão que poderiam chegar à faixa de 170 milhões de reais; 2) os trinta e três terrenos restantes usados como garantia para as parcerias público-privadas que a PBH Ativos está articulando.



Mapa 1: Localização dos terrenos públicos Alienados à PBH Ativos S/A. Fonte: Indisciplinar Disponível em oucjh.Indisciplinar.Com/?Page_Id=1214

A transferência de terrenos públicos para integralização de capital de uma sociedade anônima, usada como formação de Fundo de Investimento Imobiliário ou como garantia para PPPs pela PBH Ativos, implica exatamente na imposição de uma racionalidade que se difunde no corpo da sociedade moderna-capitalista baseada no rentismo que passa pela financierização da propriedade territorial privada, sendo transacionada como um ativo financeiro, convertendo “[...] ativos de pouco liquidez, em títulos mobiliários de grande liquidez, passíveis de serem absorvidos pelo mercado financeiro” (BOTELHO, 2007, p.169). Com isso, a manobra que temos em questão foi a transformação de bens imóveis públicos em

títulos mobiliários de alta liquidez que circulam remunerando investidores privados ao se apropriar, exatamente, da renda fundiária e, com isso, de parte da riqueza socialmente produzida. Os imóveis são, portanto, utilizados como ‘moeda de troca’ e de garantia para as PPPs, com a propriedade desvinculada e desabsolutizada permitindo esses fluxos financeiros se conformarem, por meio de sua “desalienação” e da concessão de uso desses terrenos pelos empreendedores e investidores.

CARTOGRAFIA INDISCIPLINAR DA PBH ATIVOS

Primeiro momento

A pesquisa desenvolvida e a escolha de nosso método implicam assumir certas posições nas lutas urbanas que se desenrolam na cidade de Belo Horizonte, junto às quais os pesquisadores do Grupo atuam, em maior ou menor grau, como colaboradores e ativistas. Assim, o método e, também, a própria pesquisa se configuram como um dispositivo de resistência das lutas. A investigação, dessa forma, parte da própria importância de reconhecer nessas resistências uma forma de se defender e, sobretudo, efetivar o direito à cidade (LEFEBVRE, 2001), em especial quando inserida no contexto em que vem sendo negado sistematicamente a parte significativa da população, em especial diante dos avanços do neoliberalismo.

A lógica própria do capitalismo determinou o papel da forma que a universidade aparece no contexto da produção do conhecimento. Tida como um ambiente neutro, o conhecimento científico produzido, livre de ideologia e política segundo seus defensores, estariam assim mais aptos a contribuir no desenvolvimento da sociedade, sem sofrerem coerções por seu posicionamento diante da realidade. Esse é o princípio do próprio positivismo que acreditava piamente numa separação radical entre pesquisador e seu objeto de pesquisa. Esse pretensão rigor científico só pode significar a despolitização da ciência. Nesse paradigma a ciência deve ser neutra das paixões e da política pois assim alcançaria a verdade com rigor e precisão. Assim, a posição científica dominante no mundo moderno força uma falsa neutralidade e a prática dessa ciência pode ser imposta a partir de sua “falsa neutralidade”, embora uma análise detalhada revele o papel ativo desde os aparatos estatais até as crenças ideológicas que sustentam a “neutralidade” desse mecanismo (ADORNO; HORKHEIMER, 2006; ZIZEK, 2009).

Nesse sentido, refletir sobre a forma que o conhecimento científico é produzido deve ser um imperativo para entender a produção do conhecimento contemporânea e elaborar sua crítica. Diversos autores dedicaram à essa tarefa, entre eles Foucault (1979); Latour (1992); Deleuze (1988); Jamenson (2011); Hissa (2013).

Portanto, é diante desse cenário que se faz necessário o reposicionamento dos modos de pesquisar nas universidades, tendo em vista a insuficiência das ações que se limitam à observação e à análise dos fatos, mantendo, com isso, uma confortável distância entre ‘pesquisa’ e a vida que se desenrola nas cidades. A aposta que nos parece ser fundamental é a interação entre pesquisador como mais um ator em uma complexa rede em que se imbrica a vida social e, portanto, política. Isso, é claro, significa reconhecer que, pelo menos no campo dos estudos

urbanos (e das ciências humanas em geral), o conhecimento influencia na forma de perceber e entender as relações sociais e, portanto, deve ser entendido como sendo também uma ação política (RENA, et.al. 2016).

A pesquisa, concebida e realizada em rede, se imbrica junto a pessoas, grupos e processos de disputa na e pela produção do espaço urbano diante de problemas radicais da vida cotidiana relacionada com o tipo de concepção de cidade que é colocada pelos grupos hegemônicos e que comandam a produção capitalista do espaço. Dessa maneira, esclarecem Franzoni, Faria e Rena (2016), a investigação como a concebemos, só pode significar uma ação engajada de pesquisa comprometida e militante, que se pretende escapar de armadilhas conceituais abstratas que o método científico de herança positivista insiste em reproduzir ao separar o sujeito pesquisador do objeto de estudo. A aposta desse tipo de pesquisa é o contrário disso. Cabe lembrar, como as autoras, “os desafios são muitos e, tampouco, essa aposta é isenta de contradições e, como tudo que é novo, gera controvérsias cotidianas” (FRANZONI, FARIA, RENA, 2016, p.8).

Assim, não cabe o desenho de hipóteses apriorísticas a serem comprovadas ou refutadas; ao contrário e à contrapelo do saber hegemônico, estamos interessados em acompanhar as experiências e ações próprias de cada processo e, sobretudo, interagir e agir ativamente com o real, recriando as condições dos acontecimentos. Esse método propõe, portanto, lidar com elementos irrepetíveis e heterogêneos, como as ações sociais, políticas, culturais, econômicas e que pode representar e, ao mesmo tempo, recriar os próprios acontecimentos (DELEUZE; GUATTARI, 1996; GUATTARI, 1992; PEREZ DE LAMA, 2009).

Cabe, portanto, reconhecer e assumir a posição política dos pesquisadores. Diversos autores já destacaram a impossibilidade de uma neutralidade do conhecimento científico - “it is impossible to put ourselves outside history and politics” (HARVEY, 2001, p.4). Dessa maneira, deve-se lembrar de que a pesquisa “It’s not a commentary on social life but rather an intervention” (GREGORY, 1994, p.79).

As atividades dos últimos anos do Grupo Indisciplinar possibilitaram a elaboração de um método próprio e constantemente recriado, que explora de forma tática e estratégica uma série de dispositivos tecnopolíticos conectados em rede, os articulando com a ação direta no território por meio de parceria com diversos setores da sociedade.

No caso da PBH Ativos S/A o Grupo Indisciplinar está articulado com os movimentos sociais da Auditoria Cidadã da Dívida e as Brigadas Populares na construção de uma resistência frente a privatização dos serviços públicos, a remuneração de capitais a partir do orçamento público e, principalmente, em defesa de uma cidade inclusiva. E é dessa articulação de atores que se conforma a resistência a PBH Ativos como uma luta urbana importante e que envolve um engajamento.

Portanto, a primeira ação de investigação do Grupo foi exatamente realizar o mapeamento dos imóveis apresentado anteriormente. O argumento que era necessário construir era de que a empresa PBH Ativos S/A estava abocanhando bens públicos para integralizar seu capital e, assim, poder gerar garantias para outras empresas privadas nas licitações e parcerias públicos-privadas que serão realizadas no município de Belo Horizonte. A transferência de terrenos públicos para a PBH Ativos S/A, portanto, se realizava abaixo - e muito - do preço praticado pelo mercado enquanto que ela poderia ter acesso a todo potencial de venda desses terrenos através de um leilão que a empresa iria realizar.

Foi diante dessa constatação que surgiu a necessidade de elaborar uma Ação Civil Pública (ACP) contra a transferência dos terrenos e a realização do leilão pela empresa, uma vez que implicava em ilegalidade do ato e descumprimento de requisito legal, tendo em vista que não há critério avaliativo ou transparência sobre como se chegou ao valor lançado no edital. Assim, o mapeamento dos terrenos realizados pelo Indisciplinar significou uma contribuição importante para o argumento da ACP, uma vez que demonstra a distância dos valores que foram transferidos e aqueles praticados pelo mercado e que seriam incorporados pela PBH Ativos S/A através do leilão. A pesquisa se tornou, portanto, instrumento de uma luta política.

O primeiro passo na elaboração do mapa foi a localização dos imóveis, por meio do sistema online *Consultas a Plantas de Parcelamento do Solo (CP)* da Prefeitura de Belo Horizonte, disponível em <http://portal5.pbh.gov.br/plantacp/inicio.do>. Com o cruzamento das informações do código das Cartas de Parcelamento e endereço de cada imóvel, disponíveis no Anexo Único da Lei 10.699/2014, e das cartas disponíveis no sistema da Prefeitura, foi possível apontar sua localização exata. Portanto, foi construído um mapa de código aberto na plataforma Crowdfmap, com o intuito de tornar essa localização pública e de fácil visualização. Com o intuito de constituir um banco de dados com maior rigor e precisão, os dados constantes na plataforma Crowdfmap foram exportados para softwares de geoprocessamento, nos quais é possível o exercício de análise espacial dos terrenos públicos alienados à PBH Ativos S/A.

Posta a primeira prática de mapeamento geográfico, fora necessário realizar uma cartografia dos valores de mercado de tais terrenos, igualmente disponíveis no Anexo Único da Lei 10.699/2014, sob a identificação de "Valor Mínimo", cuja metodologia de cálculo não é especificada pela mesma Lei.

O exercício que se segue diz respeito a verificação de tais valores mercadológicos, de modo a constatar uma incoerência nos dados descritos pela Lei, na qual é identificada uma variação média de 18,03% entre o valor referido na Lei e o valor real de mercado, conforme apontado pelo Indisciplinar. Para o levantamento dos valores de cada lote listado no Anexo Único, fora necessário realizar uma pesquisa do preço do m² no bairro em que cada um se encontrara. Essa análise foi realizada segundo o índice FIPE-ZAP (disponível em <http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap-b/>), cujo cálculo foi realizado com base no preço do m² de levantamento realizado em março de 2016. Para os bairros não contemplados pelo índice, adotou-se o valor do bairro com distância física, tipologia e perfil social mais próximos.

Posteriormente, foram produzidos cartogramas temáticos, apresentando a síntese de tais informações cartografadas, os quais foram utilizados por membros e parceiros do Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã da Dívida e que deram respaldo a uma ação popular encaminhada ao Ministério Público contra a PBH Ativos S/A. A partir disso, fora declarado em um ofício a suspensão do leilão promovido pela S/A de 20 dos 53 terrenos alienados à empresa pelo Município de Belo Horizonte.

PRÓXIMOS PASSOS: FOLLOW THE MONEY

Uma das estratégias adotadas pela PBH Ativos diz respeito ao sistema da dívida, na qual ela recorre a emissão de debêntures para adiantar o recebimento de capital a ser integralizado. Foram realizadas duas emissões, cujos credores foram, respectivamente, o Município de Belo Horizonte e debenturistas de mercado. A primeira emissão teve um valor de R\$880.320.000,00, sendo proveniente dos cofres do Município e de natureza subordinada, o

que significa que tais debêntures são atrelados e subordinados ao capital da empresa. Dessa forma, caso a S/A seja desvalorizada, as debêntures também sofrem uma desvalorização e, em um cenário crítico em que ocorra a quebra da empresa, todos os títulos de créditos subordinados esvaem-se, o que configura um investimento de alto risco no mercado e que pode comprometer em grande medida o município. Em contrapartida, a segunda emissão de títulos, credenciada por debenturistas de mercado, foi da ordem de R\$230.000.000,00 e com garantia real, sendo assim asseguradas por seus investidores de maneira externa à PBH Ativos S/A.

| EMIÇÃO | CREADOR | TIPO | DATA DO CONTRATO | VALOR FINANCIADO (R\$) | TAXA | PRAZO |
|------------|-----------------------------|---------------|------------------|------------------------|-----------------|--------|
| 1ª EMISSÃO | MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE | SUBORDINADA | 01/04/2014 | 880.320.000 | IPCA | 9 ANOS |
| 2ª EMISSÃO | DEBENTURISTAS MERCADO | GARANTIA REAL | 15/04/2014 | 230.000.000 | 11% A.A. + IPCA | 7 ANOS |

Gráfico 3: Emissões de debêntures pela PBH Ativos. Fonte: Indisciplinar

Sendo assim, o Município de Belo Horizonte e a gestão urbana se encontram subordinados a uma lógica financeira que desconhece e extrapola limites físicos e territoriais, e sujeita a cidade ao funcionamento do mercado de valores, como é apontado por Rolnik (2015). O que se delinea por Belo Horizonte, nesse aspecto, é o gradativo fluxo de dinheiro público sentido a uma esfera privada.

Atualmente, o Grupo Indisciplinar possui como principal objetivo encaminhado o trabalho de mapear e compreender a operação financeira dos ativos geridos pela PBH Ativos S/A. Tal tarefa visa, em atuação conjunta a demais atores envolvidos no caso em questão, traçar o percurso do capital da empresa. Uma vez que a PBH Ativos é a responsável por gerir os ativos financeiros e imóveis do município, compreender a situação dos mesmos significa compreender o espaço urbano de Belo Horizonte, em um cenário neoliberal, enquanto moeda de troca. Nesse contexto, os bens municipais são tratados como ativos de grande valia aos interesses privados.

Portanto, apreender a dinâmica financeira da empresa aqui tratada é também compreender como a produção sócio-espacial belo-horizontina se dá a partir da gestão Márcio Lacerda, e quais as forças influentes no processo agora entendido como empresariamento urbano (HARVEY, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Belo Horizonte passa, sob o mandato de Márcio Lacerda, por uma grande rodada de reestruturação da política pública municipal dentro dos marcos do liberalismo de maneira ainda mais radicalizada que seus antecessores. É com ele que a gestão empresarial da política pública e a “empresificação” do município toma corpo com a expressão da criação e ação da empresa PBH Ativos S/A. Essa empresa, que teve a maior parte de seu capital integralizado por recursos públicos e que passa a ser responsável por uma série de políticas e investimentos para a cidade, opera sem o devido controle social. Além, seu desenho institucional e as

manobras financeiras de emissão de dívida indicam um processo de rapinagem de bens públicos com fins de remuneração privada baseada na rentabilidade capaz de ser atribuídas pelas políticas urbanas municipais. A gestão empresarial do município de Belo Horizonte é, portanto, perpetrada e levada a cabo através da PBH Ativos S/A.

Toda a gramática do urbanismo crítico, de cidade-empresa ao empresariamento urbano, se torna tão visível nesse processo quanto concreta. O próprio nome da empresa já é este indicativo. Tais práticas representam a privatização do orçamento do Município, que passa a garantir lucros a empresas privadas, sejam construtoras, como a Odebrechet, que é uma das responsáveis pela construção de equipamentos públicos por meio de PPPs, ou empresas que atuam no sistema financeiro, como o banco Pactual e detêm o monopólio do mercado de títulos da PBH Ativos S/A. Este tipo de aporte de capital do Município na companhia funciona como garantia para a realização de parcerias público-privadas, como aquelas que possibilitaram a construção de escolas municipais e do Hospital Metropolitano do Barreiro.

Diante disso, o que fica claro é a tendência do avanço da lógica neoliberal que implica na derrubada de várias barreiras para a absorção de excedentes de capital, criando oportunidades de investimento e inventando novas formas de especulação, em especial aquelas ligadas à produção do espaço. Como explica Magalhães, a produção do espaço adquire “importância central no modelo de integração neoliberal à globalização econômico-financeira”. Neste sentido, Peck e Tickell (2002) sustentam a existência de um processo de ‘neoliberalização do espaço’, em que cidades e regiões se relacionam umas com as outras a partir de padrões de competição e que, para vencer esse regime concorrencial de produção do espaço devem atrair o máximo de capitais, abrindo concessões e criando vantagens a esses investimentos, e que teve sua ascensão “associada à construção política de mercados, acoplada da extensão deliberada de lógicas competitivas e de gestão privatizada em esferas até então relativamente públicas” (PECK; TICKELL, 2002, p.395). Isso significa que a garantia dos riscos fica a cargo do poder público enquanto que todas as vantagens são privatizadas.

Assim, a cidade, que passa a ser regida pela ordem neoliberal, tende a operar sobretudo orientada para o mercado – ou seja, as decisões de seus governantes acerca do que se fazer em determinados territórios, os tipos de políticas públicas e os investimentos passam a seguir a lógica que se operam no âmbito privado, otimizando custos e benefícios em busca do lucro. Neste processo o solo urbano se torna uma mercadoria da própria cidade-empresa, agenciado pelo seu planejamento e políticas públicas e, recentemente, com desdobramentos na direção de uma financeirização da produção do espaço urbano (MAGALHÃES, 2015).

Quando essa lógica chega ao governo do município e se consolida como é o caso da PBH Ativos várias questões se desdobram: i) redução da experiência da democracia na construção da cidade, já que políticas públicas serão decididas e gestadas por um grupo de acionistas e diretores que a população não elegeu e desconhece; ii) a política pública é pensada e realizada para gerar lucro e remunerar investidores; iii) a transferência de patrimônio público para os cofres dessa empresa que possui dinâmica baseada na rentabilidade de suas práticas econômicas; iv) redução de receita do município por meio das estratégias de formação de capital da empresa; v) assunção dos riscos do negócio pelo poder público e dos ganhos pela iniciativa privada.

A tendência, no contexto da crise do capital, é que a lógica neoliberal continue expandindo implicando em uma radicalização da privatização dos bens comuns e na interdição da efetivação do direito à cidade. É por isso que se torna urgente o desenvolvimento das

resistências frente à essa investida e que justifica a importância de se desenvolver uma pesquisa engajada.

REFERÊNCIAS

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Mil Platos: capitalismo e esquizofrenia. Vol.5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- GUATTARI, Felix. Caosmose: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.
- PEREZ DE LAMA, Jose. La avispa y la orquídea hacen mapa en el seno de un rizoma: cartografía y mquinas, releyendo a Deleuze e Guattari. *Pro-posições*, Campinas, v.20, n.3, p.121-145, set/dez, 2009.
- FRANZONI, Julia; FARIA, Daniela; RENA, Natacha. Cartografia indisciplinar do conflito da Izidora em Belo Horizonte. *Anais do Contested Cities*, Madri, 2016.
- RENA, Natacha; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela; FRANZONI, Julia. Grupo de pesquisa indisciplinar: método, ativismo e tecnopolítica na defesa dos bens comuns urbanos. *Anais do Contested Cities*, Madri, 2016.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006.
- DELEUZE, Gilles. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FOUCAULT, Michel. An Interview with Michel Foucault. *History of the Present*, n.1, 1985.
- FOUCAULT, Michel. Microfísicas do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GREGORY, Derek. Social Theory and Human Geography. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. Human Geography: Society, space and social science. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994. HARVEY, David. Spaces of Capital: toward a critical geography. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.
- HISSA, Cássio Eduardo. Entrenotas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- JAMESON, Fredric. Representing Capital: a reading of volume one. Nova York: Verso Books, 2011.
- LATOUR, Bruno. Ciência en acción: como seguir a los científicos e ingenieros através de la sociedade. Barcelona: Editorial Labor, 1992.
- ZIZEK, Slavoj. The structure of domination today: a lacanian view. *Studies Eastern European Thought*, n.56, p.383-403, 2009.
- ZIZEK, Slavoj. Vivendo no fim dos tempos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- CANETTIERI, Thiago. Da universidade moderna e ciência convencional à sua superação: notas para uma crítica da ciência. *Revista Terceiro Incluído*, v.5, n.2, p.36-48, 2015.

- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Editora Loyola, 2001.
- HARVEY, David. Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution. Nova York: Verso Books, 2012.
- VAINER, Carlos. Pátria Empresa e Mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- HARVEY, David. Do Gerenciamento ao Empresariamento Urbano: A transformação da administração urbana. Espaço e Debates, ano 16, n.39, 1996.
- BOTELHO, Adriano. O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. Rio de Janeiro: Annablume, 2007.
- MAGALHÃES, Felipe Nunes. O neoliberalismo e a produção da metrópole: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea. (Tese de doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia – Organização do Espaço. Belo Horizonte: UFMG, 2015.
- PECK, Jamie; TICKELL, Adam. Neoliberalizing Space. Antipode, n.34, p.380-404, 2002.
- ROLNIK, Raquel. Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças - 1 ed. Boitempo, 2015.